

Comunicação

Acesso aberto e saberes dos povos originários: panorama a partir da análise dos periódicos científicos

Open access and Indigenous peoples' knowledge: an overview based on the analysis of scientific journals

Acceso abierto y saberes de los pueblos indígenas: un panorama a partir del análisis de revistas científicas

Angela Emi Yanai*

Doutora em Ciência da Informação

Universidade Federal do Amazonas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8691-8784>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8156649281808253>

angela_yanai@ufam.edu.br

Célia Regina Simonetti Barbalho

Doutora em Comunicação e Semiótica

Universidade Federal do Amazonas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4657-9156>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4514334296000649>

simonetti@ufam.edu.br

Mateus Rebouças Nascimento

Doutor em Ciência da Informação

Universidade Federal de Rondonópolis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9211-327X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1869875373942439>

maateusreboucas@gmail.com

Resumo

Discute a importância dos periódicos científicos dedicados aos povos originários e seu papel na integração de conhecimentos ancestrais ao cenário acadêmico global. Aponta a relevância de disponibilizar esses saberes em acesso aberto a fim de favorecer a democratização e a visibilidade, possibilitando sua

preservação, amplo acesso e colaboração. Examina os periódicos científicos brasileiros que publicam sobre questões indígenas, seguindo os princípios do Directory of Open Access Journals (DOAJ), para garantir a visibilidade dos saberes produzidos. Os resultados demonstram que todos os periódicos disponíveis na web estão em acesso aberto. No entanto, apenas dois constam indexados no DOAJ, evidenciando a necessidade de maior disseminação dos princípios da ciência aberta entre os editores de periódicos.

Palavras-chave: Acesso aberto; Povos originários; Saberes tradicionais; Periódicos científicos

Abstract

This article discusses the importance of scientific journals dedicated to indigenous peoples and their role in integrating ancestral knowledge into the global academic landscape. It highlights the relevance of making such knowledge available through open access to foster democratization and visibility, enabling its preservation, broad access, and collaboration. It also examines Brazilian scientific journals that publish on indigenous issues, following the principles of the Directory of Open Access Journals (DOAJ) to ensure the visibility of the knowledge produced. The results demonstrate that all journals available online are open access; however, only two journals are indexed in DOAJ, highlighting the need for greater dissemination of open science principles among journal publishers.

Keywords: Open access; Indigenous peoples; Traditional knowledge; Scientific journals

Resumen

Este artículo analiza la importancia de las revistas científicas dedicadas a los pueblos indígenas y su papel en la integración de los saberes ancestrales en el panorama académico global. Destaca la importancia de difundir estos saberes mediante acceso abierto para fomentar su democratización y visibilidad, facilitando su preservación, acceso amplio y colaboración. Examina las revistas científicas brasileñas que publican sobre temas indígenas, siguiendo los principios del Directorio de Revistas de Acceso Abierto (DOAJ) para garantizar la visibilidad del conocimiento producido. Los resultados demuestran que todas las revistas disponibles en línea son de acceso abierto; sin embargo, solo dos revistas están indexadas en el DOAJ, lo que pone de relieve la necesidad de una mayor difusión de los principios de la Ciencia Abierta entre las editoriales.

Palabras clave: Acceso abierto; Pueblos indígenas; Conocimiento tradicional; Revistas científicas

Introdução

Periódicos científicos dedicados à publicação de temas relacionados aos povos originários trabalham para integrar perspectivas e conhecimentos ancestrais ao cenário acadêmico global. Eles oferecem visibilidade para questões que envolvem esses povos e facilitam o diálogo entre os diferentes saberes. Esses espaços contribuem para a preservação de culturas ancestrais e para o desenvolvimento de soluções a problemas enfrentados pela comunidade mundial.

Para Loseto et al. (2020), o envolvimento de povos indígenas na publicação, na autoria/coautoria e no processo editorial de artigos científicos é complexo e se conecta ao procedimento de pesquisa original, ética e desafios internos. Os autores, contudo, complementam afirmando que é necessário fomentar um ecossistema de pesquisa

indígena próspero e promover políticas e práticas inovadoras que abordem os desafios socioeconômicos e fortaleçam a autodeterminação indígena.

A discussão dos requisitos de envolvimento da comunidade indígena para a publicação de periódicos acadêmicos a partir de uma revisão abrangente de escopo, Cathy Fournier et al. (2024) destacam que os periódicos científicos precisam assegurar que os autores relatem como se deu o engajamento da comunidade durante todo o processo da pesquisa, garantindo que ela seja não apenas segura, mas informada, conduzida e benéfica para a comunidade. Os autores destacam ainda que os periódicos deveriam assegurar a expertise do revisor por pares para avaliar adequadamente a pesquisa indígena – anciões indígenas, membros da comunidade, bem como pesquisadores indígenas e indigenistas representados em conselhos editoriais e comitês de revisão. A ideia é garantir que eles tenham o conhecimento, a conscientização e o treinamento para revisar pesquisas lideradas por indígenas ou focadas em temas indígenas.

Os periódicos científicos que publicam temáticas indígenas têm um papel importante na visibilidade do conhecimento dos povos originários. Essas publicações disponibilizam um espaço em que pesquisadores podem publicar seus trabalhos, promovendo a pesquisa a partir da perspectiva dos povos originários, abordando questões que afetam diretamente as comunidades indígenas e oferecendo soluções baseadas em seus conhecimentos e práticas de modo a contribuir para a diversidade cultural no cenário científico ao incluir diferentes visões de mundo, metodologias e epistemologias.

Essas publicações, especialmente quando em acesso aberto (AA), são importantes não apenas pelos saberes que veiculam, mas também por seu papel na visibilidade da preservação de culturas ancestrais, na disseminação ampla desses saberes e na promoção de uma troca enriquecedora de conhecimentos. Isso é particularmente importante em um contexto em que a diversidade cultural é fundamental para o avanço do conhecimento e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente das suas múltiplas heranças.

O acesso aberto à publicação acadêmica é um componente crucial para a democratização do conhecimento. Ele permite que a pesquisa seja acessível a todos, independentemente de filiação institucional ou envergadura financeira. Isso é particularmente relevante no contexto das publicações dos periódicos científicos relacionados aos povos originários. Ao garantir que essas publicações estejam disponíveis em acesso aberto, promovem a inclusão e a visibilidade dos conhecimentos ancestrais no cenário acadêmico global.

Diante do exposto, este estudo busca examinar o perfil dos periódicos científicos brasileiros que publicam sobre questões relacionadas aos povos originários, à luz dos princípios do Directory of Open Access Journals (DOAJ), a fim de verificar se esses periódicos atendem aos preceitos fundamentais de acesso aberto ao conhecimento científico, favorecendo a visibilidade dos saberes produzidos.

Acesso aberto e democratização do conhecimento

O acesso aberto emerge como um elemento para questionar uma hegemonia, ao propor uma circulação de conhecimento mais democrática e inclusiva. Em um mundo interconectado, o acesso aberto ao conhecimento tornou-se fundamental para o avanço científico, educacional e social, promovendo maior equidade e inclusão no uso da informação.

Nesse contexto, desafios éticos e políticos significativos se consolidam quando se cruzam, particularmente o acesso aberto e os sistemas de conhecimento indígenas. Eles incluem examinar as dinâmicas de poder, garantir acesso equitativo e repartição de benefícios e respeitar a diversidade de sistemas de conhecimento e protocolos culturais (Scassa; Taylor, 2017).

Para a UNESCO, a ciência aberta é definida como “uma construção inclusiva que combina vários movimentos e práticas que visam tornar o conhecimento científico multilíngue abertamente disponível, acessível e utilizável para todos” (2022). O disposto nas recomendações do organismo internacional aponta que qualidade e integridade, benefício coletivo, equidade e justiça, diversidade e inclusão são fatores-chave do acesso aberto, incluindo nesse contexto a complexidade dos saberes dos povos originários que possuem peculiaridades muito particulares.

Saberes dos povos originários

O conhecimento indígena baseia-se na cultura e na vivência dos povos originários com seu entorno, abrangendo práticas agrícolas, medicina, tecnologia de alimentos, técnicas de fermentação, crenças, artes, ofícios, meteorologia, religião e astrologia. Esse amplo escopo está relacionado ao vínculo local, ou seja, é baseado na experiência de inovação, adaptação e experimentação de uma determinada cultura ou sociedade, configurando-se como algo único para cada cultura ou sociedade.

De fato, o conhecimento indígena compõe um conjunto amplo de saberes que abrange informações sobre aspectos culturais, ambientais, econômicos, políticos e espirituais, além das percepções dessas comunidades em relação ao mundo. Devido à sua convivência duradoura com a terra, as comunidades indígenas possuem conhecimentos ambientais diversos.

Trata-se de um conhecimento dinâmico, baseado na inovação e na experimentação prática, não sendo codificável com facilidade devido ao risco de perda de algumas propriedades essenciais. A transmissão é principalmente oral. Portanto, grande parte não é documentada, sendo comumente mantida por comunidades e não por indivíduos. Além disso, está intimamente relacionada à sobrevivência e subsistência de muitas pessoas por se configurar como base para estratégias de sobrevivência e fornecer estratégias de resolução de problemas para as comunidades (Kaniki; Mphahlele, 2013).

Barbalho, Souza, Inomata, Remigio e Maciel (2023), amparados em Silva (2022), destacam como características do conhecimento dos povos originários o disposto na Figura 1.

Figura 1. Características do conhecimento dos povos originários.



Barbalho, Souza, Inomata, Remigio e Maciel (2023).

Dadas as características expostas na Figura 1, é possível ver que muitas são as peculiaridades que envolvem a visão de mundo ou a forma como o grupo local percebe sua relação com o mundo natural. Para os povos Tukanos, por exemplo – que vivem no noroeste da Amazônia, concentrados principalmente na região do rio Uaupés e seus afluentes, como o Tiquié e o Papuri, no Brasil e na Colômbia–, a construção de conhecimento é pautada nas mitologias (kihti uküse), nos benzimentos (bahsese) e nos rituais (bahsamori) (Barreto et al., 2018).

A construção desse conhecimento indígena tem refletido de forma efetiva no contexto da academia, uma vez que há um significativo aumento na produção dos acadêmicos indígenas, sobretudo após a inserção de ações afirmativas na pós-graduação ocorridas desde 2002 no Brasil, como destacam Barbalho et al. (2024).

Representação dos saberes indígenas em periódicos científicos de AA

Os periódicos de acesso aberto, com sua proposta de democratização do conhecimento, abrem um caminho promissor para a representação mais autêntica e equitativa desses saberes. Ao remover as barreiras financeiras e de acesso impostas pelas editoras tradicionais, esses veículos de comunicação permitem que pesquisadores, acadêmicos indígenas e suas comunidades participem de maneira mais direta na produção e disseminação do conhecimento que as comunidades originárias geram.

A preocupação em analisar a presença desses saberes em periódicos científicos busca considerar o contexto histórico de marginalização das vozes indígenas, assim como as tentativas recentes de reparação e valorização por meio do acesso aberto. Promover a visibilidade dos saberes tradicionais demanda diálogo sensível, respeito às epistemologias originárias e abertura para reconhecer modos plurais de produzir e disseminar conhecimento por parte das comunidades originárias.

Apesar dos desafios, os periódicos de acesso aberto oferecem um caminho promissor para a valorização dos saberes indígenas. Ao eliminar as barreiras de acesso financeiro, esses veículos permitem que os próprios pesquisadores e acadêmicos indígenas publiquem seus trabalhos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e seus conhecimentos, representados em seus próprios termos. Nesse cenário, os periódicos científicos de acesso aberto desempenham papel fundamental, atuando como possíveis pontes para a inclusão, visibilidade e legitimação dos conhecimentos indígenas no debate global, ao mesmo tempo em que apresentam desafios relacionados à autoria, tradução e representatividade.

Metodologia

A pesquisa possui caráter qualitativo, exploratório e descritivo, com um constructo metodológico estruturado em cinco etapas: compreensão dos fundamentos teóricos; identificação dos periódicos brasileiros sobre os saberes dos povos originários; levantamento dos critérios de análise de acesso aberto nos periódicos; coleta de dados; e análise dos dados.

Para a identificação dos periódicos brasileiros sobre os saberes dos povos originários, foi construída uma lista a partir da indicação de pesquisadores do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI), da Universidade Federal do Amazonas, totalizando 12 periódicos. No entanto, apenas dez estavam com acesso disponível: Revista Njinga & Sepé, Maloca - Revista de Estudos Indígenas, Revista Indígena Pihhy, Revista Tellus, Revista Taka'a, LEETRA Indígena, Articulando e Construindo Saberes, Memórias Insurgentes, Espaço Ameríndio e Mundo Amazônico.

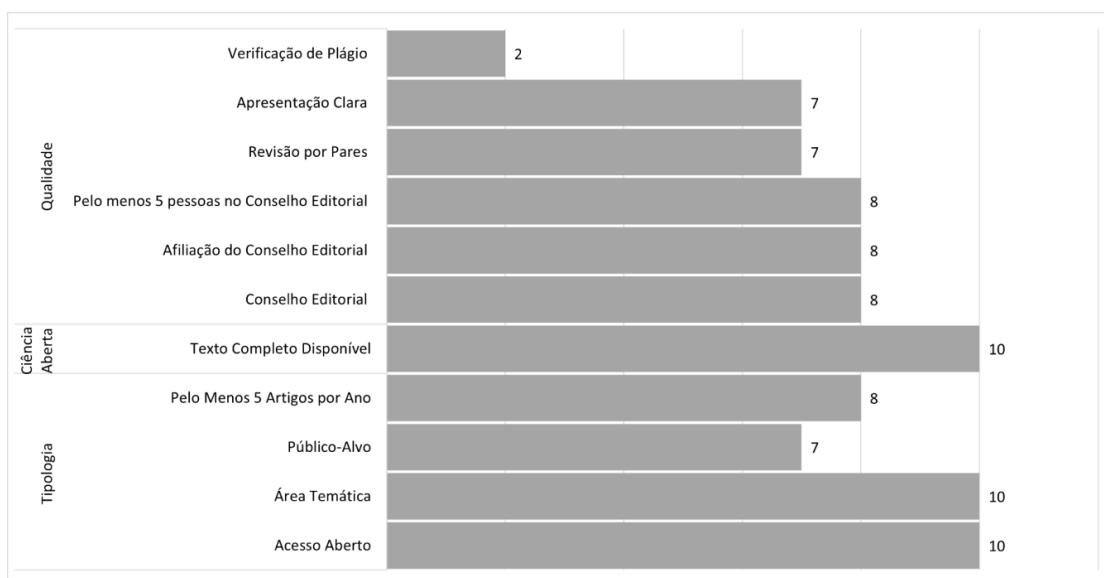
Os critérios de análise de acesso aberto nos periódicos foram baseados no disposto pelo DOAJ, considerando: tipologia do periódico, características do acesso aberto, website do periódico, ISSN, critérios de qualidade, licenciamento e direitos de autor. Para cada variável indicada, foram adotados subníveis de análise em consonância com o disposto pelo diretório.

A coleta dos dados foi realizada manualmente, por meio da construção de uma planilha padronizada no Microsoft Excel com os níveis e subníveis de análise. Os dados foram obtidos a partir da observação das informações disponibilizadas nos sites dos periódicos, analisados e interpretados à luz dos critérios estabelecidos pelo DOAJ.

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa demonstram que os dez periódicos disponíveis na web são de acesso aberto, conforme as dimensões explicitadas pelo DOAJ, com maior ênfase nos critérios de tipologia do periódico, ciência aberta e critérios de qualidade (Gráfico 1). Destacam-se os periódicos que atenderam à maioria dos critérios para serem indexados no diretório: Revista Njinga & Sepé, Maloca - Revista de Estudos Indígenas e Mundo Amazónico.

Gráfico 1. Critérios de ciência aberta, qualidade e tipologia, segundo o DOAJ.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Em relação à ciência aberta, destaca-se que os periódicos atendem à disponibilização do texto completo dos artigos, sem período de embargo e exigência para que os utilizadores se registrem para acessar os conteúdos. Ou seja, infere-se que possuem adesão aos preceitos do acesso aberto, garantindo que o conhecimento produzido seja acessível a toda a comunidade científica e à sociedade em geral. Salienta-se que, apesar de os critérios serem bem atendidos, apenas dois periódicos estão indexados no DOAJ: o Espaço Ameríndio e o Mundo Amazónico.

Nesse contexto, existe a necessidade de maior disseminação dos princípios da ciência aberta entre os editores de periódicos que publicam temáticas dos povos indígenas, considerando que a maioria já cumpre os requisitos essenciais para constar no diretório. A sua indexação pode promover uma maior visibilidade para as produções alinhadas aos saberes dos povos originários, considerando que a ciência aberta se configura como um movimento que disponibiliza abertamente o conhecimento científico em múltiplos idiomas, tornando-o acessível e reutilizável por todos (Silveira et al., 2023).

Quanto aos critérios de qualidade, observa-se uma baixa ocorrência na verificação de plágio, com apenas dois periódicos oferecendo o serviço. Trata-se

de algo crítico, uma vez que a ausência de políticas ou ferramentas eficazes para identificar plágio compromete a integridade e a credibilidade científica. A apresentação clara dos artigos e a revisão por pares, ambas identificadas em 70% dos periódicos, demonstram que há uma estrutura de gestão editorial – que inclui ainda a composição do conselho editorial, incluindo a exigência de pelo menos cinco membros, a sua afiliação e a sua atuação.

A tipologia dos periódicos está amparada na periodicidade da publicação de pelo menos cinco artigos por ano em 80% das análises, sinalizando regularidade. São recebidos trabalhos principalmente nos idiomas português, espanhol ou inglês. Cabe destacar as revistas *Mundo Amazónico* e *Articulando e Construindo Saberes*, que recebem trabalhos em línguas indígenas, além da *Revista Njinga & Sepé*, que também aceita trabalhos em língua africana, sendo os únicos periódicos que incluem idiomas além dos tradicionais na ciência.

Quanto ao licenciamento, pode-se dizer que 80% das revistas atendem ao critério do DOAJ, que indica que os termos de licenciamento para uso e reutilização dos conteúdos publicados devem ser claramente indicados no website. Apenas as revistas *LEETRA Indígena* e *Articulando e Construindo Saberes* ainda não contemplam esse parâmetro. No que se refere ao item direitos de autor, verifica-se no Quadro 1 que quatro revistas atendem todos os critérios. São elas: *Revista Njinga & Sepé*, *Maloca - Revista de Estudos Indígenas*, *Revista Tellus* e *Mundo Amazónico*.

Quadro 1. Critérios de direitos autorais segundo o DOAJ.

Direitos de Autor	Revista Njinga & Sepé	Maloca - Revista de Estudos Indígenas	Revista Indígena Pihhy	Revista Tellus	Revista Taka'a	LEETRA Indígena	Articulando e Construindo Saberes	Memórias Insurgentes	Espaço Ameríndio	Mundo Amazónico
Os termos dos direitos de autor aplicados aos conteúdos publicados devem ser claramente indicados e separados dos termos de direitos de autor aplicados ao website	X	X		X	X					X
Os termos de direitos autorais não devem contradizer os termos de licenciamento ou os termos da política de Acesso Aberto	X	X		X	X				X	X
Recomenda-se que as revistas permitam que os autores mantenham os direitos de autor dos seus artigos sem restrições	X	X		X						X
Os autores podem conceder à editora o direito de primeira publicação e outros direitos de publicação não exclusivos	X	X		X	X					X

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Por outro lado, as revistas *Revista Indígena Pihhy*, *LEETRA Indígena*, *Articulando e Construindo Saberes* e *Memórias Insurgentes* não apresentam nenhum dos parâmetros

relacionados aos direitos autorais; a revista Espaço Ameríndio atende apenas a um item. É importante ressaltar que “Todos os direitos reservados” não são apropriados para conteúdos publicados em acesso aberto. Isso foi levado em consideração ao analisar o segundo ponto “Os termos de direitos autorais não devem contradizer os termos de licenciamento ou os termos da política de acesso aberto”.

No que tange aos critérios relacionados ao website da revista, 100% das revistas apresentam endereço eletrônico próprio e dedicado, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Critérios de website da revista segundo o DOAJ.

Website da Revista	Revista Njinga & Sepé	Maloca - Revista de Estudos Indígenas	Revista Indígena Pihny	Revista Tellus	Revista Taka'a	LEETRA Indígena	Articulando e Construindo Saberes	Memórias Insurgentes	Espaço Ameríndio	Mundo Amazônico
URL próprio e dedicado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Website claro, bem estruturado e fácil de navegar	X	X		X	X		X	X	X	X
Se o website está disponível em vários idiomas a informação deverá ser igual em todos							X			X
Seguir as diretrizes descritas nos Principles of Transparency and Best Practice in Scholarly Publishing	X	X		X	X		X		X	X
Disponibilizar cada artigo de forma individual e com o texto integral, com um URL único por artigo e, no mínimo, em HTML ou PDF	X	X		X	X	X	X	X	X	X
Explicita a Política de Acesso Aberto; Objetivos e âmbito; Conselho editorial (incluindo a afiliação de cada membro); Instruções e diretrizes para os autores; Processo editorial (revisão por pares); Licenças	Parcial ¹	X		X	X		X	Parcial ⁴	X	X
Ter a declaração de Direitos de Autor	X	X		X	X	X			X	X
Pagamentos exigidos aos autores: (i) se a revista não cobrar nenhum pagamento (APCs), isso deve ser declarado; (ii) se a revista cobrar, deverão ser indicadas todas as taxas que podem ser cobradas ao autor desde a submissão até à publicação	X	X		X	X (i)	X		X	X	X
Informações de contacto: (i) incluir um nome de contacto e o endereço de e-mail dedicado da revista; (ii) indicar o país onde a editora está registada e realiza as suas atividades comerciais	X	Parcial ²		X	Parcial ³	Parcial ³	X	X	Parcial ⁵	X

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

¹ Objetivos e âmbito; Conselho editorial (incluindo a afiliação de cada membro; Instruções e diretrizes para os autores; Processo editorial (revisão por pares); Licenças.

² Não possui e-mail dedicado à revista, utiliza o do editor.

³ Não inclui o país.

⁴ Equipe Editorial; Diretrizes para Autores; Política de Acesso Livre: Licenças.

⁵ Não possui um nome de contato.

A maioria das revistas disponibiliza cada artigo de forma individual e com o texto integral, com um URL único por artigo, exceto a Revista Indígena Pihhy. Nota-se ainda que 80% das revistas apresentam um website bem estruturado, claro e de fácil navegação, assim como apresentam a informação de pagamentos exigidos dos autores, dentro dos critérios exigidos pelo DOAJ.

O item que trata sobre a importância de disponibilizar a política de acesso aberto, os objetivos e âmbito, o conselho editorial (incluindo a afiliação de cada membro), as instruções e diretrizes para os autores, o processo editorial (revisão por pares) e as licenças foi atendido por 60% das revistas e de forma parcial em 20% dos casos, indicando que a maioria das publicações se preocupa em manter as principais informações editoriais detalhadas e claras para os autores e demais interessados.

O último item, que se refere às informações de contato no website da revista, foi atendido por 50% dos periódicos e parcialmente por 40%. Esse critério pode ser facilmente atendido pelas revistas, indicando possivelmente a falta de conhecimento das diretrizes do DOAJ para aquelas que não cumpriram o item ou realizaram parcialmente a disponibilização das informações.

O item que as revistas tiveram maior dificuldade em atender foi de disponibilizar o website em vários idiomas, com igual informação em todos. Apenas a Articulando e Construindo Saberes e a Mundo Amazônico atenderam esse critério. Portanto, observa-se que as revistas de modo geral possuem dificuldades de manter a consistência multilíngue em seus websites, o que pode estar relacionado à limitação de recursos financeiros, à necessidade de conhecimento técnico especializado para a implementação de um sistema multilíngue no website, entre outros.

Considerações Finais

A pesquisa examinou, à luz dos princípios do Directory of Open Access Journals(DOAJ), o perfil dos periódicos científicos brasileiros que publicam sobre questões relacionadas aos povos originários, tendo em vista que eles constituem um importante canal de comunicação científica para aumentar a conscientização e fortalecer as comunidades indígenas no meio acadêmico. Ao publicar pesquisas desde uma perspectiva indígena, esses periódicos contribuem para a diversificação do conhecimento e a promoção da inclusão.

Em vista do que foi observado, conclui-se que os periódicos brasileiros que publicam sobre os saberes dos povos originários já demonstram um compromisso significativo com os princípios de acesso aberto delineados pelo DOAJ. No entanto, existe a necessidade da indexação dos periódicos na plataforma, promovendo maior disseminação e reutilização dos conhecimentos produzidos em respeito às questões relacionadas com os povos ancestrais.

A padronização dos websites em múltiplos idiomas e a adoção de ferramentas de verificação de plágio são passos importantes para alcançar esse objetivo. Portanto, é essencial que editores e pesquisadores continuem a se engajar no movimento da ciência aberta, buscando alinhar seus periódicos aos critérios estabelecidos e, assim, contribuir para a democratização do conhecimento científico sobre os povos originários.

Cabe ainda ressaltar que o acesso aberto não se configura apenas como uma questão de licenças e plataformas, mas pode se configurar também como um movimento para descolonizar a produção e disseminar o conhecimento, tendo em vista que, ao tornar os saberes dos povos originários acessíveis, inclusive para eles mesmos e não apenas para uma elite acadêmica, o AA restitui a gerência sobre suas próprias narrativas.

Integrar o acesso aberto com o respeito e a valorização dos conhecimentos tradicionais é essencial para promover uma ciência mais inclusiva, ética e colaborativa. Apesar dos desafios, o futuro dessas publicações é promissor e fortalecer o é essencial para uma ciência mais justa, equitativa e que represente a diversidade dos conhecimentos globais. Promover o acesso aberto ao conhecimento enquanto se protege e valoriza os saberes tradicionais é um desafio ético e político. Ao buscar esse equilíbrio, a sociedade avança rumo a uma ciência mais diversa, plural e comprometida com o bem comum.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

Disponibilização dos Dados de Investigação

Os dados estão disponíveis em: <https://doi.org/10.48472/deposita/IXVOO8>

CRediT – Contribuições dos Autores

Angela Emi Yanai | Análise, Coleta dos dados, Escrita e Considerações Finais.

Célia Regina Simonetti Barbalho | Concepção, Escrita, Referencial Teórico e Considerações finais.

Mateus Rebouças Nascimento | Análise, Coleta dos dados, Escrita e Considerações Finais.

Referências

Barbalho, C. R. S., Souza, C. M., Inomata, C. M., Remigio, L. G., Maciel, R. S. (2023). Gestão do conhecimento tradicional indígena e políticas públicas: Uma análise da produção científica de colaborações e temáticas relacionadas [Comunicação oral]. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Aracaju, Brasil.

Barbalho, C. R. S., Santana, K. R. M., Maciel, R. S., Freitas, S. S., Marquez, S. O. M., Rabelo, V. C. M. (2024). Panorama da produção intelectual indígena na Amazônia: Um diálogo com as políticas públicas e ações afirmativas. Anais do 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria - EBBC, 9(1), 1–8. Instituto Brasileiro de Informação em

Ciência e Tecnologia. <https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.281>

Barreto, J. P., Azevedo, D. L., Maia, G. S., Santos, G. M., Dias Jr., C. M., Belo, E., Barreto, J. R. R., França, L. (2018). Omerō: Constituição e circulação de conhecimentos yepamahsã (Tukano). Manaus: Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI)/Universidade Federal do Amazonas/EDUA.

Fournier, C., Rand, J. R., Pictou, S., Murphy, K., Martin, D., Pride, T., Amiraut, M., Cunsolo, A., Doucette, M., Sheppard, D., Benoit, A. C., McMillan, J., Sylliboy, J. (2024). Indigenous community engagement requirements for academic journals. *AlterNative*, 20(1), 243–249. <https://doi.org/10.1177/11771801241235051>

Kaniki, A. M., & Mphahlele, M. K. (2013). Indigenous knowledge for the benefit of all: Can knowledge management principles be used effectively? *South African Journal of Libraries and Information Science*, 68(1), 1–15. <https://doi.org/10.7553/68-1-753>

Loseto, L. L., Breton-Honeyman, K., Etiendem, D. N., Johnson, N., Pearce, T., Allen, J., Amos, A., Arqviq, J., Baak, J. E., Bélanger, É., Bourdages, M. P. T., Brammer, J. R., Fawcett, D., Gérin-Lajoie, J., Gilbert, G., Hansen-Craik, K., Loring, E., Perrin, A., SlavitchM. (2020). Indigenous participation in peer review publications and the editorial process: Reflections from a workshop. *Arctic Science*, 6(3), 352–360. <https://doi.org/10.1139/as-2020-0023>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2022). Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta. Paris, França: UNESCO.

Silva, D. I. A. da. (2022). Droits et modes de connaissances autochtones (Cap. 4, pp. 60–61). In Comissão Global de Evidências para Enfrentar os Desafios da Sociedade (Canadá) (Org.), Le rapport de la Commission sur les données probantes: un appel à l'action et une voie à suivre pour les décideurs, intermédiaires de données probantes et producteurs de données probantes axés sur l'impact. Hamilton: McMaster Health Forum.

Silveira, L. da, Ribeiro, N. C., Melero, R., Mora-Campos, A. .., Piraquive-Piraquive, D. F. .., Uribe-Tirado, A., ... Fachin, J. (2023). Taxonomia da ciência aberta: Revisada e ampliada. *Encontros Bibli*, 28, 1–22. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712>